

O ARQUIVO PÚBLICO E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: LIMITES E POTENCIALIDADES

THE PUBLIC ARCHIVE AND THE HERITAGE EDUCATION: LIMITS AND POTENTIALITYS

Emerson Flores Gracia*

Resumo

Os arquivos públicos ainda são lugares reservados a pesquisadores e arquivistas, oferecendo poucos espaços para o ensino e aprendizagem de História através da educação patrimonial. Porém, experiências como as do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), nos mostram como os arquivos públicos podem estar presentes nos processos de ensino e aprendizagem de História, através de sua ação sensibilizadora, sendo uma experiência de qualitativamente diferente da sala de aula. Através da comparação das experiências dos dois arquivos, este artigo tenta traçar os limites e as potencialidades das ações educativas de educação patrimonial dentro de arquivos públicos.

Palavras-chave: Arquivo Público, Educação Patrimonial, Ação Educativa

Abstract

The public archives still are places reserved for reserchers and archivists, offering little space for the teaching and learning of History through heritage education. But, experiences such as the *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)* and the *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)*, show us how the public archives can be present in the processes of teaching and learning of History, through its sensibilitying action, that is qualitatively diferent from the class experience. Through the two archives experiences comparation, this article trys to trace the limits and potentiality of the educational actions of heritage education inside the public archives.

Keywords: Public Archive, Heritage Education, Educational action

Os Arquivos Públicos brasileiros ainda são vistos, em geral, como lugares de pesquisadores e arquivistas. Apesar de algumas boas e bem-sucedidas experiências educativas dentro de instituições arquivísticas, continua sendo um desafio associar Arquivo e educação. Dificilmente há disponibilidade de espaços que possam ser usados

* Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: emersonfgracia@gmail.com.

mais especificamente para ações educativas, como espaços para exposições e oficinas, acolhimento de turmas, sala multimídia, locais para lanche ou uma estrutura de serviços educativos com pessoal próprio. Ações educativas ainda são desenvolvidas em pequena escala nos Arquivos Públicos brasileiros (RIBEIRO, TORRE. 2012, p.67). Para romper um pouco com essa ideia, procuro ver os Arquivos Públicos como espaços não formais de educação. Algumas iniciativas, como as que irei analisar neste artigo, suscitam a dúvida: os arquivos públicos podem ser pensados como local adequado ao processo de ensino e aprendizagem de História? Em que medida a Educação Patrimonial, utilizada enquanto metodologia de trabalho por estas instituições pode contribuir nesses processos de ensino e aprendizagem?

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar duas ações educativas realizadas pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), visando à descrição da potencialidade dos arquivos enquanto local de ensino e aprendizagem de História, através de iniciativas de educação patrimonial, bem como identificar dificuldades que os arquivos apresentam para se tornarem locais de ensino e aprendizagem de História. É necessário enxergar os documentos salvaguardados pelos Arquivos Públicos enquanto patrimônio, pois é dessa forma que os Arquivos que trabalham com ações educativas pensam seu acervo e pensam a necessidade das ações com ele realizadas. Para tanto, pretendo fazer comparações pontuais com as experiências do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Experiência de educação Patrimonial no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Durante o 1º semestre de 2014, por ocasião da disciplina de Estágio em Educação Patrimonial, tive a oportunidade de participar do Programa de Educação Patrimonial do APERS, através da formação deicineiros e prática de duas das três oficinas oferecidas pelo APERS ao público escolar. As oficinas das quais eu participei foram *Os Tesouros da Família Arquivo*, voltada para alunos (as) do Ensino Fundamental e *Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos*, voltada para alunos (as) do Ensino Médio. A primeira trata do tema da escravidão através de documentos do século XIX, que trazem um pedaço da história de alguns personagens escravos. A segunda trata do tema da ditadura civil-militar brasileira, através dos

processos da Comissão Especial de Indenização¹, que estão salvaguardados no APERS.

Na primeira oficina, é feita, em um auditório próprio para eventos, uma apresentação do Arquivo, sua estrutura física, sua construção no início do século, sua arquitetura neoclássica, comparando-a com outros prédios do centro de Porto Alegre. Também são debatidos os conceitos de “oficina” e “educação patrimonial”, fazendo-os (as) refletirem sobre a necessidade da sua participação para a atividade proposta funcionar, bem como pensar aquela instituição e seu acervo como pertencentes a eles (as) também.

Após essa apresentação, os (as) alunos (as) são convidados (as) a visualizar a arquitetura externa dos prédios do arquivo e sua estrutura interna, ou seja, o interior de um dos prédios, sua funcionalidade enquanto prédio projetado para arquivo e a organização dos documentos dentro desse prédio. Após esse momento os alunos são deslocados para a “Sala Borges de Medeiros”, que é um espaço específico para as oficinas. Lá, é feita uma dinâmica que visa dar conhecimento aos (as) educandos (as) do ofício do historiador e seu trabalho com os documentos.

Após o intervalo, um teatro apresenta o tema da oficina: a escravidão. O momento lúdico é bem-visto pela maioria dos (as) alunos (as), mas nem sempre. Alguns acham isso “coisa de criança”. Começa então uma “caçada” às caixas que estão escondidas no Arquivo. Após encontrá-las eles (as) retornam e então o mediador inicia a explanação sobre a escravidão africana, o tráfico de escravos e etc. Nas caixas, estão cinco tipos diferentes de documentos que podem ser utilizados como fonte para os pesquisadores do tema: processo-crime, inventário de bens, carta de alforria, compra e venda de escravo e testamento. A leitura desses documentos tem por finalidade preencher, com o maior número de informações possíveis, os “bonecos” do personagem da caixa. Cada caixa tem pelo menos dois personagens. Os (as) alunos (as) têm de desenhar seus personagens também. Tal construção de um personagem é entendida como a reconstrução da identidade de um ser humano que viveu no passado, em situação de escravidão. Essa ideia de Patrimônio como formador de identidades

¹ Maiores informações sobre a Comissão Especial de Indenização e seus processos em VASCONCELLOS, Renata P.; MENEZES, Vanessa T. “A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para o resgate da memória: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação da Comissão Especial de Indenização” *in* STAMPA, Inez T.; NETTO, Rodrigo de Sá (orgs) “Arquivos da repressão e da resistência: Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

(CHUVA. 2008 *apud* PRÉVIDI, 2011, p. 10) é muito presente na oficina. Após o preenchimento dos personagens, é feita uma roda, onde cada grupo apresenta seus personagens aos outros, e questões relativas à escravidão e suas marcas em nossa sociedade são discutidas.

A segunda oficina inicia no mesmo auditório anteriormente descrito, com um vídeo de apresentação do tema, que mostra falas da Diretora do APERS e professores da UFRGS sobre a oficina. No vídeo são mostradas imagens sobre o período anterior ao golpe, o pós-64, cenas da repressão nas ruas, charges, a campanha das Diretas Já e a redemocratização até a aprovação da Constituição de 1988. São mostrados depoimentos de dois ex-presos políticos, estudados na oficina, e o vídeo é finalizado com uma ligação entre as imagens dos protestos de junho/julho de 2013 no Brasil, com a forte repressão policial e as imagens anteriores sobre o período ditatorial.

Os passos da oficina anterior, mostrando a arquitetura e estrutura interna do arquivo, são aqui repetidos, até o encaminhamento à sala Borges de Medeiros, após os grupos encontrarem a caixa relativa ao seu ex-presos político. Na sala, o mediador inicia a conversa com o seu grupo perguntando o que eles (as) sabem sobre o período da ditadura civil-militar, e por vezes, períodos anteriores, como a campanha da legalidade e a ditadura Vargas.

Como foi dito anteriormente, a oficina trabalha com os processos da Comissão Especial de Indenização de ex-presos políticos, e cada uma das caixas tenta ser representativa de certa forma de repressão e cerceamento dos direitos humanos. Tenta dar conta dos diferentes seguimentos sociais afetados com o golpe de 1964 e a forma como eles sofreram e reagiram. As caixas trazem mulheres militantes (Nilce e Ignez), um coronel da brigada militar (Neme), um ex-estudante do Colégio Julio de Castilhos, que ficou exilado no Uruguai e foi vítima da Operação Condor (Gutierrez), um militante do PCB, preso na ditadura Vargas e na ditadura de 64 (Eloy Martins) e uma família de agricultores, que pertenciam ao “Grupo dos Onze” (os Kitzman).

A oficina trata, através dos depoimentos e documentos constantes nos processos, de temas caros à repressão política levada a cabo pela ditadura: as prisões violentas, a tortura, a perda de direitos políticos, os traumas, o exílio, a operação condor, a perseguição a todo e qualquer opositor do regime, fosse ele ou ela comunista ou não. Através do contato com esses documentos, os alunos passam a construir um maior entendimento sobre a importância dos direitos humanos em nossa época, e também as

permanências daquele regime, que persistem e resistem, em nossos dias. As discussões que são postas no final da oficina, quando cada grupo apresenta seu personagem, vão, em geral, nesse sentido.

São sugeridas aos (as) professores (as) atividades prévias à visita da turma ao APERS, visando a melhorar a qualidade do encontro entre alunos (as) e as atividades propostas pela oficina. A oficina *Resistência em Arquivo*, particularmente, requer que os (as) alunos (as) tenham certo conhecimento prévio dos assuntos tratados na oficina: ditadura civil-militar, legalidade, etc. Por isso, as atividades prévias são importantes, pois facilitam o trabalho do mediador e potencializam o aprendizado dos (as) alunos (as).

Existe uma demanda muito grande em relação às oficinas ministradas pelo APERS. A agenda do programa de ações educativas permanece lotada o ano inteiro. Tal demanda aumentou ainda mais após a parceria feita com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a qual conseguiu recursos financeiros, inclusive para contratar uma empresa para fazer o transporte dos (as) alunos (as) da escola até o Arquivo e vice-versa.² Antes da dita parceria, frequentemente as visitas agendadas eram canceladas em cima da hora, porque as escolas não conseguiam se deslocar até o APERS por conta própria. A grande circulação de alunos (as) pelo espaço do Arquivo nos mostra a potencialidade deste espaço como local de ensino/aprendizagem.

O APERS tem um espaço físico privilegiado para o trabalho de Educação Patrimonial: o Arquivo possui um auditório, que é usado não apenas nas oficinas, mas em outras ações de formação de professores, bem como certas atividades de extensão promovidas pela instituição. A sala Borges de Medeiros, usada exclusivamente para ações educativas é paradigmática: ela facilita o desenrolar das ações, deixa os (as) alunos (as) à vontade e é grande o suficiente para comportar uma turma de até 30 alunos. Além disso, o pátio interno do APERS serve de área para lanches e confraternização da turma durante o intervalo das atividades.

O APCBH, por outro lado, teve, durante um bom tempo, dificuldades de acomodar visitas escolares em sua sede, tendo por isso, investido em outras iniciativas para divulgação de seu acervo. A primeira ação educativa desenvolvida pelo APCBH, segundo o relato de Ribeiro e Torre (2012), foi um conjunto de materiais chamado

² Blog do APERS. <http://arquivopublicors.wordpress.com/2014/02/12/programa-de-educacao-patrimonial-tera-recursos-externos-em-2014/>

Momentos de uma capital centenária, composto por 31 pranchas com reproduções de documentos fotográficos de paisagens marcantes da história de Belo Horizonte e de uma caixa com *slides* da mesma natureza, para serem projetados em sala de aula. Lançado por ocasião dos cem anos da cidade de Belo Horizonte, o material teve ampla distribuição pelas escolas da cidade. Apesar da qualidade do material e de seu potencial no ensino de história da cidade, a falta de participação efetiva do APCBH fez com que o material, muitas vezes, nem chegasse à biblioteca da escola (RIBEIRO, TORRE. 2012, p.77). Tal situação motivou um maior envolvimento do APCBH em ações futuras. Uma segunda experiência do APCBH nesse sentido foi o projeto *Histórias de Bairros de Belo Horizonte*, que seguiu a linha de pensamento de que trabalho de pesquisa e divulgação dos resultados para o público escolar, também pode ser uma ação educativa em arquivos. A ideia partiu da demanda corrente de informações sobre os bairros da cidade. A pesquisa começou em 1999 e o primeiro volume foi lançado em 2008. A coleção é composta por nove cadernos além do livro do professor. A distribuição é gratuita para escolas de ensino fundamental, em cotas reduzidas, constitui material da biblioteca para ser trabalhado em grupo pelos alunos. Para evitar a apropriação do material por indivíduos, como ocorreu na experiência com as fotos, desta vez o arquivo divulgou o lançamento da coleção e garantiu a entrega à biblioteca escola sob demanda e foi disponibilizada também em formato digital na internet (RIBEIRO, TORRE. 2012, p.77). Paralelamente à distribuição das coleções, estão sendo realizadas oficinas com professores e bibliotecários, visando à formação continuada destes profissionais. O projeto da Coleção explorou a viabilidade de um arquivo produzir reflexões e propor metodologias para o ensino de história.

O APERS, recentemente, ganhou recursos de um edital do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), para realização de um projeto semelhante, levando caixas com reprodução de documentos relativos à escravidão no Rio Grande do Sul, aos moldes da *Oficina Os Tesouros da Família Arquivo*:

[...] o projeto *AfricaNoArquivo: fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil*, submetido ao Edital Pontos de Memória 2012, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O objetivo central da proposta é ampliar as discussões hoje suscitadas no APERS a partir da oficina *Os Tesouros da Família Arquivo*, distribuindo nas escolas caixas pedagógicas contendo reproduções de documentos do acervo do APERS relativos à escravidão no RS, com propostas de jogos e leituras que ajudem a problematizar as marcas da escravidão em nossa sociedade, assim como evidenciar as contribuições do povo negro.³

³ Blog do APERS. <http://arquivopublicors.wordpress.com/2014/02/12/programa-de-educacao->

Não é possível dizer ainda se o APERS pretende realizar formação com os professores, visando aprimorar o alcance das caixas pedagógicas, pois talvez isso dependa da demanda dos (as) professores (as) das escolas que receberem as caixas, mas creio que, da mesma maneira que o APCBH, com esse projeto, o APERS também explorou a viabilidade de um arquivo produzir reflexões e propor metodologias para o ensino de história.

Desde a 2ª metade da década 1990, o APCBH recebe turmas escolares para as chamadas “visitas monitoradas”. As visitas monitoradas foram a forma encontrada pelo APCBH de receber o público escolar dentro de seu espaço físico. Tais visitas têm dois objetivos: apresentar a instituição ao público escolar e apresentar a trajetória histórica do município através de uma seleção de fotografias. O contato com o acervo é mediado por profissionais do arquivo. A demanda partia das escolas, interessadas em conhecer melhor a instituição arquivística. A falta de conhecimento dos (as) professores (as) sobre o arquivo gerou uma ação de formação voltada para os (as) mesmos (as). Tal ação se materializou em um material pedagógico chamado *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória* que visava apresentar a instituição, suas funções, estrutura e acervo, além de trazer sugestões de atividades didáticas em sala de aula. A cartilha promovia uma qualificação do (a) professor (a) que pretendia levar seus alunos ao arquivo. Tais ações representaram uma aproximação, ainda que tangencial, de conceitos da educação patrimonial. Aproximação mais consistente aconteceu em 2003, com o vídeo institucional chamado *Vídeo Documento*. O vídeo propõe a discussão do APCBH como patrimônio da cidade e o valor de sua documentação, pelo seu conteúdo histórico e por sua relevância probatória. O vídeo também tenta aproximar os documentos guardados no APCBH aos documentos pessoais dos (as) alunos (as), tentando tornar compreensível para as crianças o porque de guardar tantos documentos, ao mostrar o menino Davi, descobrindo uma caixa onde sua mãe guarda seus documentos, como certidão de nascimento, matrícula escolar, etc., até o APCBH, onde ele entra em contato com documentos que pertencem à população de Belo Horizonte como um todo. O vídeo foi incorporado às visitas monitoradas desde o seu lançamento.⁴

Devido a uma modificação das demandas dos (as) professores (as) em relação às

[patrimonial-tera-recursos-externos-em-2014/](#)

⁴ RIBEIRO; TORRE. Op. Cit. pp. 72-73.

visitas monitoradas, estas foram reformuladas em 2011. O foco das visitas passou a ser um debate mais amplo sobre o documento, seus sentidos para elaboração de identidades e memórias, e a sua relação com a produção de conhecimento histórico. A reformulação das visitas trouxe novidades: seguindo a linha do *vídeo documento* as visitas recebem uma agudização da proposta de relacionar os documentos dos alunos aos documentos salvaguardados no APCBH. Tal aproximação visa trabalhar o conceito de arquivar enquanto preservar. Para tanto, os (as) alunos (as) recebem dicas de como armazenar e preservar os seus documentos. São disponibilizados kits pedagógicos de preservação documental. A principal transformação foi a tentativa de constituir uma vivência que crie uma relação entre o (a) aluno (a) e o arquivo e seu acervo. O percurso pelo espaço da instituição passa a ser balizado por sinalização interpretativa, figuras e frases provocativas como “Arquivo!? Que arquivo? e “É importante? Vamos preservar!”, visando instigar a curiosidade e reflexão dos (as) alunos (as).

A visita monitorada é entendida como momento de sensibilização no qual, por um lado, a equipe do APCBH se aproxima das diferentes concepções que a comunidade escolar tem do arquivo, acervo e documento, e por outro, o público se percebe não só como usuário, mas como responsável pela preservação dos documentos.

O APERS também realiza as chamadas “visitas guiadas”, onde o Arquivo é apresentado para o público escolar, visando mostrar aos mesmos o patrimônio arquitetônico do Arquivo, bem como seu acervo e seu funcionamento. A visita guiada traz informações e curiosidades sobre a construção dos prédios, que foram projetados especificamente para abrigar documentação, sobre o positivismo de Borges de Medeiros, etc., basicamente um passeio pelas instalações do APERS, de forma mais aprofundada do que é feito nas oficinas. Porém, não traz a tentativa de aproximar o (a) visitante do seu acervo, da forma como o APCBH faz em suas visitas monitoradas, ou como o próprio APERS faz durante suas oficinas. Talvez isso se deva justamente pelo fato de que o APERS se utiliza de seus espaços físicos voltados para ações educativas para ministrar oficinas que apresentam o Arquivo, ao mesmo tempo em que tratam de assuntos importantes como escravidão e ditadura, enquanto o APCBH, pela falta dos mesmos espaços, teve que transformar suas visitas monitoradas, um dos únicos momentos de contato direto dos (as) alunos (as) com o Arquivo, em espaço para reflexão sobre patrimônio.

Considerações Finais: o Arquivo enquanto local de ensino e aprendizagem de História

As ações educativas dos dois arquivos são voltadas para o ensino de história e educação patrimonial em uma instituição não formal. Cada um deles, devido ao seu lugar diferenciado, é capaz de proporcionar aos (às) estudantes uma experiência/vivência sensibilizadora, tanto em relação à história da cidade (ou do Estado no caso do APERS) e em relação à importância daqueles documentos ali guardados. Documentos esses que, de outra forma, talvez permanecessem como papel velho em um depósito. A professora Claudira Cardoso, ao falar sobre as oficinas do APERS nos diz o seguinte:

O trabalho com a documentação e a importância de se preservar esse tipo de patrimônio tem sido bastante valorizado. Dessa forma, os estudantes têm a oportunidade de conhecer um ambiente diferente da sala de aula, vivendo na prática a pesquisa histórica por meio de uma linguagem acessível para sua faixa etária. E isso, naturalmente, faz com que eles se sintam inseridos na construção da História (CARDOSO, 2010).

O tempo disponibilizado para realização das ações é deveras curto e também carece de maior continuidade, se comparadas às aulas regulares da disciplina de história nas escolas. Porém, a própria troca de ambiente, a natureza diferenciada do encontro propicia uma experiência fora do comum. Os (as) alunos (as) se sensibilizam com o tema trabalhado. Creio que tal sensibilização abre portas para os (as) mesmos (as). Através do contato com os processos da Comissão Especial de Indenização e, mais do que isso, com histórias de vida de pessoas como eles (as) mesmos (as), se cria um espaço privilegiado de construção do conhecimento sobre o período histórico da ditadura civil-militar brasileira. Segundo o relato do oficinairo Alexandre Ávila, sobre uma oficina com alunos da Escola Cândido Godoy:

No Dia 25 de setembro, a Escola Cândido Godoy veio ao APERS para participar de uma das oficinas. A turma, trazida pela professora Vânia Soares, durante a discussão trouxe um fato que me chamou muito a atenção, ao final da oficina é costume perguntar o que os alunos acharam da manhã que passaram na instituição. Logo que fiz esta pergunta uma aluna me respondeu que havia ficado muito impressionada com tudo o que havia acontecido na ditadura, segundo ela, um dia antes de vir ao APERS a aluna perguntou para sua mãe o que ela sabia sobre ditadura, eis que a mesma responde para a filha dizendo que não sabe muito sobre o assunto, pois o golpe teria acontecido apenas

em São Paulo ou Rio de Janeiro. Acredito que naquele dia o objetivo da oficina fora alcançado, pois não pensamos em apenas passar para os alunos o que foi a ditadura, mas sim fazer com que eles entendem [*sic*] todos os fatos que levaram ao regime e entender que não são apenas os nomes que estão nos livros didáticos que fizeram história (ÁVILA, 2014).

Da mesma forma, o contato com os documentos referentes à escravidão e as discussões que eles suscitam, são preciosas para a formação daqueles (as) alunos (as) enquanto cidadãos, ainda mais se pensarmos que a maior parte dos (as) alunos (as) de escola pública no Brasil (e o Rio Grande do Sul não é exceção) são negros (as) ou pardos (as) e sofrem diariamente com o racismo legado pelo período escravista.

Ribeiro e Torre (2012), ao analisar as balizas teóricas das ações educativas do APCBH, nos apontam que dois campos são marcantes na experiência do Arquivo: Ensino de História e Educação Patrimonial. Escrevem também que esse fato é uma tendência em outros Arquivos Públicos. Podemos dizer que o APERS se encaixa nesse perfil. Os autores escrevem ainda que, dentro do movimento de renovação da disciplina escolar de História, o APCBH se apropriou de dois elementos importantes: a incorporação de procedimentos teórico-metodológicos de produção do conhecimento (contato com documentos) e tratamento da história local como objeto de estudos da disciplina escolar. Creio que a experiência do APERS também privilegia esses dois elementos, ao utilizar-se de reproduções de seus documentos, trazendo também uma aproximação entre o presente do aluno e o passado da cidade. É interessante observar, como eu tive oportunidade de fazê-lo, a surpresa dos alunos em perceberem, por exemplo, que certos documentos da oficina Tesouros da Família Arquivo, se referiam a escravos que residiram em Porto Alegre. Alguns alunos talvez não consigam (ou conseguiram) compreender o quanto a escravidão era disseminada, e que todas as partes do nosso país, incluindo a que eles moram, sofreram com ela.

Portanto, creio que devemos considerar os Arquivos Públicos enquanto espaços privilegiados no processo de ensino-aprendizagem de História, como um espaço complementar àquele oportunizado nas salas de aula e complementado por outros espaços como os museus, entre outros. Espaços como estes, através da Educação Patrimonial, são capazes de promover um tipo de educação que não privilegia apenas conteúdos escolares, mas sim a construção do conhecimento e a educação para o exercício da cidadania. Iniciativas como as do APCBH e do APERS tendem a ser bastante bem sucedidas justamente por ofertarem espaço e experiências diferenciadas do

cotidiano escolar. Creio que a tendência atual seja de crescimento dessas ações em Arquivos Públicos pelo Brasil.

Referências bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Vídeo documento*. Belo Horizonte, 2003. 11 min. Color.

ÁVILA, Alexandre. *Olhar do oficineiro*: Não foi apenas em São Paulo ou no Rio de Janeiro. 2014. Blog Resistência em Arquivo:

<http://resistenciaemarquivo.wordpress.com/2014/01/03/olhar-de-oficineiro-nao-foi- apenas-em-sao-paulo-ou-no-rio-de-janeiro/>.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Caça-tesouros em Arquivo*: Estudantes brincam e aprendem como é o cotidiano do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Revista de História 08/12/2010. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/caca-tesouros-em-arquivo>

FERREIRA, Marina Fares. *Educação e Arquivo*: um encontro necessário. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação - ARC - Vol. 3 - Edição Especial .

PRÉVIDI, Giovanni Biazzetto da Silva. *Patrimônio e Memória nas práticas de educação patrimonial do Arquivo Histórico Moysés Vellinho de Porto Alegre/RS*. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História da UFRGS. 2011.

RIBEIRO, Raphael Rajão; TORRE, Michelle Márcia Cobra. *Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas*: Ações educativas no Arquivo Público de Belo Horizonte. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, jan./jun. 2012.

VASCONCELLOS, Renata P.; MENEZES, Vanessa T. *A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para o resgate da memória*: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação

da Comissão Especial de Indenização *in* STAMPA, Inez T.; NETTO, Rodrigo de Sá (orgs) *Arquivos da repressão e da resistência: Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura*”. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.